

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.322 - SP (2019/0297426-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : THIERS RIBEIRO DA CRUZ
ADVOGADO : THIERS RIBEIRO DA CRUZ - SP384031
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDREIA APARECIDA DA COSTA BOSSO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. AUSÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO DA AÇÃO REVISIONAL. INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Petição inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de **Andreia Aparecida da Costa Bosso**, apontando-se como autoridade coatora a Décima Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2178203-86.2019.8.26.0000).

Narram os autos que, nos Autos n. 272012005007060-3, a paciente foi condenada a 8 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de extorsão mediante sequestro. À apelação criminal interposta pela defesa o Tribunal *a quo* negou provimento. A condenação transitou em julgado.

A defesa propôs a Revisão Criminal n. 0039034-21.2019.8.26.0000, que está tramitando na Corte estadual.

Impetrado *writ*, na origem, com o objetivo de que a paciente pudesse aguardar em liberdade o julgamento da ação revisional, o Tribunal de Justiça indeferiu liminarmente a petição inicial.

Neste *mandamus*, o impetrante repisa as alegações apresentadas no *habeas corpus* originário, destacando que a paciente é absolutamente inocente.

Requer, inclusive, em liminar, a cassação do acórdão impugnado para que a paciente possa aguardar em liberdade o desfecho da revisão criminal, expedindo-se o competente alvará de soltura.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Este *writ* é manifestamente inadmissível.

Da atenta leitura dos autos, observei que a condenação transitou em julgado para a defesa em 19/2/2010 e somente, em 26/7/2018, a paciente se entregou à justiça e iniciou o cumprimento da pena (fl. 6).

Assim, como bem observou o Tribunal de Justiça, o objetivo da paciente é impedir o cumprimento da pena que lhe foi imposta (fl. 17).

Contudo, nos termos da jurisprudência desta Corte, *o ajuizamento de revisão criminal não obsta a execução da sentença condenatória* (AgRg no HC n. 431.456/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 30/4/2018).

Ante o exposto, **indefiro** liminarmente a petição inicial.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator